

■ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nesta semana haverá sessões nos dias 13, 15 e 16 para discussão do principal projeto, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2019 (PEC do Bolsa Família).

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

O Projeto de Lei nº 2.550/2021, da Deputada Jaqueline Cassol (PP/RO), que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências", para dispor sobre a possibilidade de emissão da Certidão de Reconhecimento de Ocupação. A aprovação desse PL poderá incentivar a legalização de grilagem em áreas da Amazônia.

Grupo de Trabalho aprova anteprojeto do novo Código de Mineração

O Grupo de Trabalho da Câmara dos Deputados encarregado de propor um novo Código de Mineração aprovou, no dia 7/12, o anteprojeto do relator, deputado Joaquim Passarinho (PL/PA). O texto aprovado será levado ao conhecimento do Presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL). Na avaliação das entidades que acompanham o debate da mineração, o resultado é uma verdadeira "proposta bomba", que deve ampliar significativamente os impactos socioambientais da mineração no Brasil.

■ SENADO FEDERAL

O Senado Federal ainda não divulgou a pauta desta semana.

Sessão de debate temático sobre o autocontrole na produção agropecuária

Foi realizada sessão para debater o Projeto de Lei nº 1.293/2021, que prevê o autocontrole na produção agropecuária, tema importante para a pauta dos ruralistas. A proposta muda o atual modelo de sistema de defesa do setor, exclusivamente estatal, para um controle híbrido. Pelo projeto, de autoria do Poder Executivo, empresas e produtores criariam seus próprios programas de defesa agropecuária. Significa a privatização da inspeção animal e vegetal, que poderá trazer riscos para a população e para os pequenos produtores.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

A pressão da sociedade civil tem conseguido adiar a votação do Projeto de Lei nº 1.459/2022, conhecido como Pacote do Veneno. Foi apresentado pelo relator, o senador Acir Gurgacz (PDT/RO), um novo relatório, depois das reuniões que ocorreram com os Grupos de Trabalho da transição, já que haverá impacto no meio ambiente e saúde e que caberá ao próximo Presidente da República a sanção dessa lei. O novo relatório não apresenta alterações sobre os principais pontos que são criticados pelas entidades da sociedade civil. Ainda não está definido se o PL será incluído na pauta da comissão nesta semana.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Número de registros de armas para a categoria que reúne Caçadores, Atiradores e Colonizadores (CACs) sobe no atual Governo. Mais de 2 mil armas foram registradas por CACs por dia, em média, entre setembro e novembro deste ano. O índice mais que dobrou na comparação com o período de janeiro a agosto, quando a média não chegava a 870 registros diários.

Parlamentares alemães pressionaram contra “Pacote do Veneno” no Brasil

Numa carta enviada ao Senado brasileiro, os parlamentares alemães pediram que o Congresso Nacional não aprove o Projeto de Lei nº 1.459/2022, conhecido como “Pacote do Veneno”. Assinada por 21 parlamentares alemães.

O impacto da legislação antidesmatamento proposta pelo Parlamento Europeu

Com o intuito de combater as mudanças climáticas globais e a perda de biodiversidade, o Parlamento Europeu aprovou esse ano o PL que estabelece a obrigatoriedade para que os importadores avaliem riscos e garantam que os produtos vendidos na União Europeia (UE) não sejam provenientes de terras desmatadas ou degradadas. Entram no rol de produtos atingidos por essa legislação: bovinos de corte, cacau, café, óleo de palma, soja e madeira, incluindo itens que contenham, tenham sido alimentados ou tenham sido feitos com esses produtos, como couro, chocolate e móveis. O Parlamento pretende incluir também suínos, aves, ovinos e caprinos, além de milho, borracha, carvão e produtos de papel impresso. O texto final do regramento ainda deve ser discutido até um consenso. Espera-se que o texto final entre em vigor a partir de 2024.

Associação Yanomami

A Urihi Associação Yanomami denunciou, por meio de nota, a situação que ocorreu no dia 5/12. A Unidade Básica de Saúde do Homoxi foi incendiada pelos garimpeiros que vivem na região, como forma de retaliação contra a operação da Polícia Federal e IBAMA. Em março deste ano, o Presidente da Associação visitou a referida região e deparou-se com uma cratera nas proximidades da unidade, e uma pista de pouso, que anteriormente atendia a equipe de saúde, sendo utilizada pelos garimpeiros com aproximadamente 12 aeronaves e 3 helicópteros. Nesta mesma região, um jovem de 25 anos foi assassinado em 2021. É preciso

garantir qualidade de vida ao usuário indígena, bem como salvaguardar seus direitos constitucionais. São 700 Yanomamis sem atendimento de saúde há mais de um ano, e reféns da invasão garimpeira.

Câmara entrega Medalha Mérito Legislativo de 2022

A Câmara dos Deputados realizou, no dia 7/12, Sessão Solene para entrega da Medalha Mérito Legislativo de 2022. Entre os agraciados de 2022 estão o padre Júlio Lancelloti e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Walmor Oliveira de Azevedo. Também serão homenageados post mortem o jornalista britânico Dominic Mark Phillips (Dom Phillips) e o indigenista e servidor de carreira da FUNAI Bruno da Cunha Araújo Pereira, assassinados em junho deste ano durante expedição na região do Vale do Javari (AM).

Comissão de Integração Nacional e Amazônia (CINDRA) e o Programa “Abraça o Marajó”

Os Deputados da CINDRA estiveram reunidos nos dias 8/12, em Belém/PA, e 9/12, em Soure/PA, para debater o programa “Abraça o Marajó”. Em ambas as reuniões estiveram presentes cerca de 70 pessoas. A primeira reunião aconteceu na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e a segunda aconteceu na Paróquia Menino de Deus. O público foi formado por representantes de movimentos sociais de Soure, Salvaterra, Portel, Melgaço, Breves, entre outras cidades, num total de 10 municípios marajoaras e representantes do Ministério Público do Estado, da Universidade Federal (UFPA) e do Governo do Pará. A vinda dos deputados atende ao convite da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM/Brasil) e da Comissão Episcopal para a Amazônia (CEA). Será elaborado um documento com diagnóstico e propostas para registros da Comissão, o qual será encaminhado para as autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, como também para a Coordenação da Equipe de Transição do Governo Federal.